

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARCIO SUGAHARA AZEVEDO

**A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA NOS TEMPLOS RELIGIOSOS À LUZ
DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

**Cacoal
2007**

MARCIO SUGAHARA AZEVEDO

**A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA NOS TEMPLOS RELIGIOSOS À LUZ
DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Artigo apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia, UNIR *Campus* de
Cacoal, como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profº. Ms. Geraldo da Silva Correia

Cacoal
2007

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA NOS TEMPLOS DE CULTOS RELIGIOSOS À LUZ DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

MARCIO SUGAHARA AZEVEDO

Artigo apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia, Curso de Ciências
Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis, mediante a Banca
Examinadora, formada por:

Presidente

Prof^o. Ms. Geraldo da Silva Correia - Orientador/UNIR

Membro

Profa. Ms. Suzenir Aguiar da Silva - UNIR

Membro

Profa. Ms. Lucia Setsuko Ohara Yamada - UNIR

Cacoal
2007

Dedico à minha amada namorada Patrícia Sanches Cesco pelo amor, carinho e compreensão nos momentos difíceis e pela dedicação que me estimularam a seguir adiante, mesmo nas horas tenebrosas de minha jornada acadêmica. À minha família pelo estímulo dado em mais essa etapa de minha vida. (Marcio Sugahara).

Agradeço primeiramente a DEUS pela vida, pois pedimos força, e ele nos deu dificuldade para sermos fortes; Pedimos sabedoria, e ele nos deu problemas para resolver; Pedimos prosperidade, e ele nos deu cérebro e músculos para trabalhar; Pedimos coragem, e ele nos deu perigo para superar os medos da vida; Pedimos amor, e ele nos deu pessoas com problemas para ajudar; Pedimos favores, e ele nos deu oportunidades; Não recebemos nada do que pedimos, mas recebemos tudo o que precisávamos para prosseguirmos. Obrigado DEUS.

Ao professor orientador Ms.Geraldo da Silva Correia por ter me direcionado de maneira sábia e inteligente, atributos que lhe são peculiar, durante a confecção deste trabalho de conclusão de curso, contribuindo com idéias que vieram a favorecer na busca da verdade real.

Meus agradecimentos ao meu grande amigo Dr. Claudiomilson Pereira por ter contribuído com seu capital intelectual na elaboração deste artigo, atuando como revisor e conselheiro. Agradeço ainda ao grande companheiro Dr. Thiago Batista Biazatti pela colaboração metodológica e pelas idéias ofertadas.

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA NOS TEMPLOS RELIGIOSOS À LUZ DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Márcio Sugahara Azevedo¹

RESUMO

O presente trabalho, por certo não pretende investigar à exaustão o tema proposto, senão com um mínimo de diligência suscitar algumas anotações pontuais relevantes no atual contexto em que vivemos. Assim, uma percuciente investigação do tema será deixada aos *experts*, cujo cabedal de conhecimento jurídico transcende o desse neófito acadêmico. Tornou-se fato corriqueiro nos canais de comunicação, noticiários envolvendo o poderio econômico de algumas igrejas, situação esta que contrasta com a pobreza crescente e que assola algumas regiões do nosso país. Decorre desta análise a discussão acerca da imunidade tributária nos templos de cultos religiosos, e o proveito obtido por alguns dirigentes, e por vezes questionável, que suscita em alguns casos desconfiança em razão do benefício concedido a esses entes pelo instituto da desoneração fiscal, assim como a destinação que se dá a esses montantes financeiros arrecadados. O presente artigo é de extrema relevância, uma vez que envolve a liberdade religiosa dos cidadãos brasileiros. Justifica-se esta abordagem por ser atual e oportuna, além de tratar-se de um tema polêmico, tendo em vista a propagação da religiosidade em todo o mundo, e no caso em estudo no Brasil, sem que haja critérios de controle e mensuração dos recursos financeiros que circulam nesses templos, e dos valores os quais o Estado vêm se abstendo de recolher.

Palavras-chave: Imunidade. Tributação. Religiosidade.

ABSTRACT

This work, of course not intended to investigate the proposed exhaust the subject, but with a minimum of care, raise some occasional notes relevant in the current context in which we live. So a percuciente investigation of the matter will be left to experts, whose leather transcends the legal knowledge of this neófito academic. It was in fact completely channels of communication, news involving the economic power of some churches, a situation that contrasts with the growing poverty and devastating that some regions of our country. It follows from that analysis a discussion about the tax immunity in houses of religious worship, and the benefit derived by some leaders, and sometimes questionable, which raises suspicion in some cases because of the benefit given to those loved by the institute's desoneração tax, and the destination given to the financial amounts collected. This article is of extreme importance since it involves the religious freedom of citizens Brazilians. It is this approach to be current and timely, and it is a controversial issue, in order to spread the religion in the world, and in the case under study in Brazil, without any criteria for the control and measurement of money moving these temples, and the values which the State is abstaining come to collect.

key-Word: Immunity. Taxation. Religiosidade.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR *Campus* de Cacoal, sob a orientação do Prof.º Ms. Geraldo Correia da Silva.

1 INTRODUÇÃO

A base legal da imunidade dos templos de qualquer culto foi respaldada pela Carta Magna de 1988, quando trata das limitações do poder de tributar no bojo do seu artigo de nº. 150. Extrai-se do referido texto a inteligência do legislador Constitucional, que em sua boa-fé, instituiu por meio do instrumento Republicano esse benefício aos templos, a fim de propagar a religiosidade na sociedade brasileira, senão vejamos:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
 (...)

VI instituir impostos sobre:
 (...)

b) templos de qualquer culto.
 (...)

§4º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas *b* e *c*, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas relacionadas.

Denota-se que o texto Republicano especificadamente na alínea “b” tem por objetivo principal assegurar a livre manifestação da religiosidade das pessoas, isto é, a fé que elas têm em certos valores transcendentais. As entidades tributantes não podem, nem mesmo por meio de impostos, embaraçar o exercício de cultos religiosos. A Constituição garante, pois, a liberdade de crença e a igualdade entre os fiéis adeptos a religiosidade.

Sabbag (2005, p 48) define com precisão a intenção do constituinte de 1988:

[...] Contudo, o Legislador, imbuído da melhor das boas-fés, desejoso de lograr, difundir a religiosidade no cenário social, deparou, aos poucos, com a proliferação de “pseudo-igrejas” difusoras da religiosidade hipócrita, que passaram a mascarar atividades ilícitas sob o rótulo de representantes do “bem”. Na verdade, é corriqueira a divulgação de casos retumbantes na imprensa em que se notam verdadeiras “entidades do mal”, empreendedoras de negócios fraudulentos, sob o falso manto de entidades religiosas. Será que o Legislador Constituinte imaginou tamanha deturpação de sua intenção? [...].

De fato, tornou-se comum a abordagem por meio da mídia do crescimento vultoso das atividades econômicas de algumas igrejas, hoje geridas como se empresas fossem. Isso resulta como consequência a inépcia do Estado quanto ao controle do volume financeiro que circula nos templos religiosos, por falta de ferramentas eficazes para esse monitoramento. No entanto, esse acompanhamento é necessário, não como instrumento de ingerência nas

atividades religiosas, mas essencialmente como parâmetro do montante em circulação nesses templos, fornecendo ao poder público instrumentos de combate às práticas de elisão fiscal.

Há de se ressaltar que a falta de controle sobre o dinheiro arrecadado pelas instituições religiosas abre espaço para a discussão quanto a grande possibilidade da evasão de divisas arrecadadas nestes templos e a lavagem de dinheiro. É fato notório que, muitas das religiões atuantes no Brasil possuem sede em outras nações, sendo que a ausência de fiscalização sobre o numerário arrecadado pelas mesmas facilita a remessa ilícita de dinheiro ao exterior.

Portanto, diante da complexidade e importância do tema na vida de todos os cidadãos, necessário se faz que seja levado ao conhecimento da sociedade como está alicerçada a prática da imunidade tributária dos templos no Brasil.

1.1 Objetivos:

1.1.1 Objetivo Geral

Fazer uma análise histórica e sociológica ao tema proposto, tecendo uma retrospectiva acerca da imunidade dos templos de qualquer culto à luz da realidade presente, abordando de forma doutrinária e teológica as falhas da legislação pátria em vigor e seus reflexos para a sociedade contemporânea.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Especificar a legislação correlata ao tema abordado e seus efeitos práticos;
- b) Levantar as principais falhas da legislação em vigor;
- c) Analisar sob a ótica da doutrina a questão da paixão religiosa;
- d) Apresentar os resultados práticos do benefício da imunidade tributária e sua eficácia no atual contexto.

2 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo, a partir de pesquisas bibliográficas e ainda com o auxílio da Escritura Sagrada sobre o assunto, de tal modo a compilar os

pensamentos, idéias e entendimentos dos principais pensadores filosóficos, e ainda utilizou-se a Bíblia como bússola na busca do entendimento do fenômeno humano. O presente trabalho, resulta de pesquisa exploratória e bibliográfica por meio de leitura em revistas, jornais, artigos e livros, de forma a chegar ao objetivo desejado com a base científica necessária para a confecção das idéias.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica se baseou sobretudo em doutrinas que versam sobre o assunto em questão, bem como na legislação específica que trata do caso. As doutrinas consubstanciarão as definições aqui aludidas, versadas em Direito Constitucional, Tributário e outros que nortearam a busca pelo resultado almejado.

A Escritura Sagrada serviu de alicerce na construção da idéia central, foi por meio dela que buscou-se passagens Bíblicas na qual foi uma das vigas de sustentação do presente artigo.

3.1 Introdução Histórica ao Tema Imunidade Tributária

No Brasil as imunidades tributárias ingressam explicitamente na Constituição de 1891 por influência de Rui Barbosa e do direito norte-americano. As imunidades no Estado de Direito aparecem ora como auto-limitação da competência tributária ou como limitação do poder de tributar pela reserva dos direitos humanos. A primeira corrente adota a tese de que o poder tributário é ilimitado, gerando ele mesmo a uma barreira, por meio da supressão no próprio texto constitucional da sua competência tributária. A doutrina vê a imunidade como uma forma qualificada ou especial de não incidência por supressão na Constituição da competência impositiva ou do poder de tributar, quando se configuram certos pressupostos, situações ou circunstâncias previstas pelo estatuto supremo.

De outro modo, tem-se uma segunda corrente, que entende que o tributo nasce da auto-limitação da liberdade. É a liberdade que institui o tributo. Há um mínimo de liberdade reservada pelo contrato social, garantida através das imunidades. O espaço aberto ao tributo é o da publicidade, onde as relações sociais se desenvolvem entre o espaço privado do cidadão e o espaço público dos órgãos governamentais, fazendo com que o tributo adquira uma dimensão de coisa pública. Entendem alguns doutrinadores que as imunidades são limitações

ao poder de tributar, fundadas na liberdade absoluta, tornando intocáveis pelo tributo certas pessoas e coisas, tendo por origem os direitos humanos e absolutos anteriores ao pacto constitucional. O texto Magno é fonte declaratória destes direitos inalienáveis, imprescritíveis e intributáveis.

De acordo com Gusmão (2000, p 231):

O sentido histórico da lei dá ao interprete a idéia da lei ao tempo em que foi elaborada, bem como da sua motivação histórica. Mas, não lhe dá o sentido que deve ter no momento de sua aplicação, só servindo para estabelecer os limites da atualização da mesma. Para atender a sua finalidade é necessário o recurso a interpretação sociológica, pela qual pesquisando o interprete os fatores sociais determinantes da norma e os efeitos sociais que poderão decorrer de sua aplicação, encontre o sentido que socialmente lhe corresponde, isto é, o sentido social da lei. Estabelecido, na medida do possível, deve adaptá-lo à realidade social do momento de sua aplicação. Entende-se, assim, por interpretação sociológica a investigação das razões sociais motivadoras da lei, de seus efeitos sociais e de seu sentido atual.

Finalmente, importante se faz frisar que o instrumento da imunidade tributária foi se positivando com enlace na idéia de que determinadas pessoas, bens e situações, de acordo com sua natureza jurídica e importância social merecem tratamento distanciado ao alcance da indisponibilidade tributária.

3.2 Imunidade Tributária nos Templos Religiosos

A Constituição Federal atribuiu à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o poder de tributar. No entanto, o seu exercício não se faz de modo absoluto; atribuiu-se a cada uma das pessoas jurídicas de direito público, parcela de competência para dispor sobre determinadas matérias. Essas restrições chamam-se de limitações do poder de tributar.

A imunidade objetiva claramente impedir, por motivo que o constituinte considera de especial relevo, que os poderes tributantes pressionados por seus déficits orçamentários, invadam áreas que no interesse da sociedade devam ser preservadas. Na imunidade o poder de tributar não existe, ficando condicionada à absoluta impotência, barrados seus tentáculos por intransponível muro construído pelo texto Soberano.

Do ensinamento de Baleeiro (2003, p 137), extrai-se o entendimento que:

[...] O templo não deve ser apenas a igreja, sinagoga ou edifício principal, onde se celebra a cerimônia pública, mas também a dependência acaso contígua, o convento, os anexos por força de compreensão, inclusive a casa ou residência especial, do

pároco ou pastor, pertencente a comunidade religiosa, desde que não empregados em fins econômicos [...].

Por certo nenhum governante em perfeito gozo de saúde mental pensaria em tomar uma atitude dura e anti-popular em face da igreja, pois jamais passaria a tributar a missa ou o batismo, nem decretaria impostos de licença, aliás taxas diversas. Tal medida, apática e polêmica, poderia comprometer futuras pretensões do governante ou do legislador quanto a sua carreira política, firmando-se tal assertiva no fato de que os fiéis de algumas igrejas votam nas eleições conforme orientação dos seus dirigentes.

Sabbag (2005, p 43) assim define a imunidade tributária:

[...] As imunidades representam uma delimitação negativa da competência tributária. Como a competência tributária representa o mister legiferante de criação de tributos, pode-se dizer que a regra imunitória se traduz em elemento de “incompetência tributária”. Imunidade é matéria de sede constitucional, materializando uma dispensa constitucional de pagamento de tributo [...].

Portanto, imunidade é o obstáculo decorrente da norma Constitucional. O que é imune não pode ser tributado. A imunidade impede que a lei defina como hipótese de incidência tributária aquilo que por ela é acobertada.

Não há que se confundir imunidade com isenção. Notadamente estes dois institutos têm definições e alcances distintos, apesar de ambos resultarem no não pagamento do tributo. A isenção é instituída por lei ao passo que a imunidade pela Constituição.

A isenção, por ser concedida por lei, pode também por outra lei ser revogada. Não tendo sido concedida por prazo determinado e sob determinadas condições pode ser retirada pelo Legislador Infra-Constitucional a qualquer tempo, nada podendo fazer o contribuinte.

Tal situação deve ser interpretada de forma a estabelecer o sentido do texto legal. Ela deve modernizar a lei, pois se assim não fosse, a lei existente não conseguiria apresentar soluções jurídicas adequadas ao presente. Sabemos também que a interpretação lógica de uma lei consiste numa investigação histórica, ou seja, se o fim pretendido por ela alcançou o objetivo fim e estabeleceu seu exato sentido.

Gusmão (2000, p 224) entende que:

[...] Todavia, a lei não se destina a um corpo social moribundo, mas a uma sociedade viva, em mobilidade, tendo épocas de crise, outras de estabilidade e desenvolvimento. Por isso, pela interpretação, deve-se, pensam outros, adaptar a velha lei aos novos tempos [...].

A imunidade por sua vez é garantida pela Constituição. Não pode o Estado, por exemplo, sob qualquer pretexto, instituir tributos sobre os templos de qualquer culto religioso. Esta imunidade não pode ser revogada sequer por emenda à Constituição, pois constitui proteção ao direito fundamental, à liberdade de expressão, não podendo ser objeto de emendas. Conforme a Carta Republicana de 1988, que diz:

Art. 60. (...)

(...)

§4º. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendendo a abolir:

(...)

IV- Os direitos e garantias individuais.

Assim, para melhor ilustração o Artigo 5º. da Carta Republicana trata dos direitos e garantias fundamentais, que aduz:

Art. 5º. (...)

(...)

VI- É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Assim, somente diante de um novo texto Constitucional tais imunidades podem ser alteradas. É a proteção máxima que o Direito pode oferecer, pois somente por meio de uma nova Assembléia Nacional Constituinte elas podem ser modificadas ou suprimidas.

De acordo com Lenza (2005, p 58):

O poder constituinte originário (chamado por alguns de inicial ou inaugural) é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo, por completo, com a ordem jurídica precedente. O objetivo fundamental do poder constituinte originário, portanto, é criar um novo Estado, diverso do que vigorava em decorrência da manifestação do poder constituinte precedente.

Portanto, a imunidade tem por objeto a proteção dos valores espirituais. A religiosidade do povo brasileiro é um de seus traços característicos. Na contra-mão do espírito da lei está a concorrência do gordo filão dos dízimos e contribuições que vem acirrando a luta entre as referidas igrejas e, não raras vezes, entre os próprios membros da seita, numa inequívoca demonstração de ofensa aos princípios éticos e morais, não condizentes com a livre manifestação do credo assegurada pela Carta Magna.

O agasalho de proteção dado pelo Legislador Originário chega ao ponto de demonstrar em razão do tempo que foi precipitada sua atitude, pois não deixou para o Legislador infra-constitucional disciplinar regras para galgar a Imunidade. O dito popular de que o tempo é o senhor da razão, se encaixou perfeitamente ao caso em tela, posto que o lapso temporal mostrou que a realidade do Constituinte de 1988 não coaduna com a realidade da sociedade contemporânea.

Mas adverte Gusmão, (1995, p 240) acerca da interpretação da norma jurídica, onde no seu magistério leciona:

[...] Interpretar o direito é estabelecer o sentido atual da norma. O interprete deve pensar como homem de sua época e não como homem do tempo em que a lei foi sancionada [...].

Ademais, o Legislador não distinguiu os cultos religiosos, equiparando-os a um mesmo patamar, ou seja, não se sabe ao certo quais são benéficos ou maléficos. A única certeza é que todos são imunes, independentemente da sua natureza. Portanto não há a diferença entre cultos que pregam a palavra de JESUS, dos cultos que praticam magia negra ou ritual macabro.

A autora Mota (1999, p 301) reforça com clareza a tese sustentada no esboço acima:

[...] Assim é que não se pode tolerar a existência de cultos que: façam rituais de sacrifício de vidas humanas, utilizem drogas ilegais, envolvam exploração, violência ou crueldade contra crianças etc [...].

Ao tratar da questão do fanatismo religioso, se deve levar em consideração a psicologia do indivíduo, isto é, as aversões e os desejos, os distintos temperamentos do homem fanático pela religião que se comporta como lobo diante de outro. Pois, ao invocar suas convicções de foro íntimo, sua crença, sobretudo sua religião, busca reconhecimento e respeito de outro homem em face da opção pelo credo.

A guerra cada vez mais acirrada entre algumas igrejas para conquistar mais fiéis, cada seita quer expor suas verdades religiosas, muita das vezes busca para legitimar atos religiosos fatos milagrosos. Essas ações em invocar ou exteriorizar sem limites suas convicções podem levar a um violento conflito de idéias, precisamente porque cada um é juiz em causa própria, e suas crenças exageradas chegam ao ponto do fanatismo religioso.

O bem e o mal são nomes que significam nossos apetites e aversões, os quais são diferentes conforme o temperamento de cada ser, os costumes e a tradição de um povo. Essas relações são reguladas pelo Direito e a moral, no qual tira dos indivíduos o fardo das normas morais e transfere-as para as leis que garantem as compatibilidades das liberdades de ação.

Apresenta-se por demais ambíguo que o Estado brasileiro formalmente laico desde 1891, possa atualmente contribuir para a manutenção de cultos religiosos mediante a concessão de benefícios fiscais, em detrimento de milhões de cidadãos, obrigados a destinar parte de seus salários para cumprir com suas obrigações tributárias.

De acordo com Harada (2002, p 349):

Os atos de mercancia, praticado por algumas seitas, ainda que disfarçadamente, e que contribuem para erguer rios e montanhas de dinheiro com a inocência de seus fieis, não podem continuar a margem da tributação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia tributária.

Não só o autor acima citado como também a Escritura Sagrada condenam a prática do mercantilismo nos templos religiosos. O texto Sagrado faz menção acerca da purificação do templo:

[...] E vieram a Jerusalém; e Jesus entrando no templo, começou a expulsar os que vendiam e compravam no templo, e derribou as mesas dos cambiadores e as cadeiras dos que vendiam pombas...E não consentia que alguém levasse algum vaso pelo templo... E os ensinava, dizendo: Não está escrito – A minha casa será chamada por todas as nações casa de oração. Mas vós a tendes feito covil de ladrões (São Marcos, cap.XI, vv: 15 a 17, Novo Testamento) [...].

Algumas religiões transformaram-se em um instrumento do qual dispõe o seu dirigente, passando a ser uma instituição a serviço dos interesses obscuros. Na prática o monopólio da crença religiosa significa um indispensável mecanismo de controle das paixões de homens, cujo traço principal consiste em atribuir significado ao inimaginável, a manifestar uma devoção pelos poderes invisíveis que se teme, pelas profecias, pelas sedutoras promessas de salvação que alguns templos fazem.

3.3 Dos Princípios Norteadores do Direito Constitucional

Pode-se dizer assim que o princípio é a melodia que inspira a dança do intérprete, que deve estar sempre afinado com a música. A letra pode mudar. O compositor também. E até o

ritmo pode sofrer alterações. Mas a melodia sempre será a mesma e o intérprete em sua dança hermenêutica deverá tentar acompanhá-la custe o que custar.

O autor Mello (2005, p 537-538) assim define princípio:

[...] Princípio é por definição mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico [...].

Nesse contexto, o princípio serve como limite de atuação do interprete. Ao passo em que funciona como vetor de interpretação e tem como função limitar a vontade subjetiva do aplicador do direito, vale dizer que estabelecem balizamentos dentro dos quais o jurista exercitará sua criatividade, seu senso de razoabilidade e sua capacidade de fazer a justiça ao caso concreto.

3.3.1 Principio da Isonomia Fiscal

O princípio da isonomia fiscal pode ser chamado também de princípio da igualdade em sentido jurídico onde supostamente iguais devem ser igualmente equiparados. Em sentido lato este princípio consiste em dar tratamento igual aos iguais e tratamento adverso aos desiguais.

Acrescenta-se ainda que para se realizar justiça fiscal o princípio acima citado deve ser completado pelo princípio da capacidade contributiva (Art. 145, parágrafo 1º. da CF). Por este princípio a carga tributária deve ser distribuída de acordo com a capacidade econômica, onerando mais os detentores de riqueza e menos os pouco abastados.

Sabbag (2005, p 33) define com precisão o princípio da Isonomia Tributária:

[...] Também chamado por alguns doutrinadores de Principio da Proibição dos Privilégios Odiosos, o Principio da Isonomia Tributária merece devoção, haja vista a trajetória política delineada no País nas ultimas décadas, marcadas pelo Regime Militar, quando, levemente, se puderam verificar inúmeras “desigualdades tributárias”. Tais desigualdades se traduziam em atitudes discriminatórias de concessão de privilégios ou “liberdades” a destinatários predeterminados, conforme o cargo ou ofício que exerciam, aberração essa que se pretende evitar na atualidade, como se nota na dicção do Art. 150, II, da CF/1988 – Principio da Igualdade Tributária [...].

Frente ao princípio da isonomia aplicável a todas as esferas do Direito, o princípio da igualdade tributária veda às entidades tributantes instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos (art. 150, II, CF/1988).

Portanto, trata-se rigorosamente de uma igualdade jurídica e não de uma igualdade de fato, isto é, tem apenas um caráter hipotético, consoante o clássico sistema de justiça distributiva que, consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais.

3.3.2 Princípio da Capacidade Contributiva

O princípio da capacidade contributiva está positivado no (art. 145, § 1º da CR/1988), que determina que sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais, e nos termos da lei o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Oportuna e sábia a abordagem de Sabbag (2005, p 33), quando explana sobre tal princípio:

[...] Esse princípio vem reforçar o Princípio da Isonomia Tributária. Emprega a graduação de incidência quanto aos impostos pessoais, no tocante à fixação de alíquotas diferenciadas, com o fito de promover a justiça fiscal. Traduz-se no brocardo “quanto mais se ganha, mais se paga” [...].

Tal conceituação encontra o escopo na busca de uma justiça fiscal igualitária, repartindo os encargos do Estado na proporção das possibilidades de cada contribuinte. Observa-se que o texto constitucional refere-se corretamente à capacidade econômica do contribuinte, que corresponde à capacidade contributiva, ou seja, cada indivíduo seja ele pessoa física ou jurídica pagará o tributo na proporção de sua disponibilidade financeira.

O princípio da capacidade contributiva está diretamente ligado ao princípio da igualdade, visto que, com a observação daquele, este com certeza estará resguardado.

3.3.3 Princípio da Solidariedade Fiscal

A idéia de solidariedade se projeta com muita força no direito fiscal em vigor, e isto ocorre por um motivo de extraordinária importância, qual seja, o tributo é um dever fundamental. Vários artigos do Texto Constitucional revelam a importância da solidariedade para o desenvolvimento da sociedade brasileira, uma base empírica exemplificativa, por exemplo é o (Art. 194, *caput* da CF/1988). Então, se a solidariedade exterioriza a dimensão do dever, segue-se que não se encontra melhor campo de aplicação que o direito tributário, que regula o dever fundamental de pagar tributo, um dos deveres fundamentais do cidadão no Estado Social Fiscal. A interpretação constitucional sofre um forte impacto desta importante diretriz hermenêutica.

Sensível à temática, Bastos (1991, p 115) pondera que:

[...] A solidariedade entre os cidadãos deve fazer com que a carga tributária recaia sobre os mais ricos, aliviando-se a incidência sobre os mais pobres e dela dispensando os que estão abaixo do nível mínimo de sobrevivência, é um valor moral juridicizável que fundamenta a capacidade contributiva e que sinaliza para a necessidade da correlação entre direito e deveres fiscais [...].

No Brasil, cuja miscigenação étnica ao longo do tempo é profundamente marcada pela injustiça, tem-se uma inafastável exigência de que, para tornarmos um verdadeiro Estado de direito democrático, precisamos antes de qualquer coisa integrarmos (com base no princípio da solidariedade fiscal), no processo de desenvolvimento uma imensa massa de excluídos. Essa é a exigência central de nossa atualidade, é a forma específica de efetivação em nossa contemporaneidade, da exigência ética fundamental de solidariedade, respeito e proteção à dignidade da pessoa humana.

Tal dissonância assume maior relevância se considerarmos o fato de muitos brasileiros não possuírem vínculo religioso, cidadãos estes que acabam pela via indireta, custeando as atividades de cultos a que não pertencem, pois são obrigados a cobrir o que aqueles deixam de recolher aos cofres públicos.

Além de ofender o princípio da isonomia, tal imunidade afronta, também, os princípios da solidariedade fiscal e o da capacidade contributiva, tendo por consequência o agravamento do desequilíbrio da nação. A dissonância entre a riqueza das religiões e a pobreza dos seus fiéis pede que aquelas sejam chamadas a contribuir para a manutenção do

aparelho estatal, ajudando, substancialmente a equacionar a distribuição de renda entre os brasileiros.

Mello (2004, p 120), autor que, mesmo sem se dedicar de forma monográfica ao estudo do tema produz lição de rara propriedade, como é de sua característica:

Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais.

Além de ferir os princípios ora citados algumas igrejas vêm praticando um verdadeiro desvio de finalidade. Apresentando-se disfarçadas sob o capuz da legalidade, violando a ideologia da lei, e pasmem, pior ainda dos ensinamentos divinos. Em outras palavras, a violação moral da norma. Em tese, alguns dirigentes de templos religiosos agem diversamente dos fins desejados pelo Legislador Constituinte, utilizando motivos e meios imorais para a prática de ato aparentemente legal, distorcendo os objetivos religiosos, substituindo-os habilidosamente por um fim ilegal ou imoral não desejado pela sociedade mediana.

Portanto Gusmão (2000, p 71) assim define o direito e a moral:

O direito só pode aperfeiçoar-se se continuamente receber a influência da moral, que é a sua origem e lhe serve de fundamento. O dever moral não é exigível por ninguém, reduzindo-se a dever de consciência, assim, no direito o dever é exigível enquanto na moral não. Podemos dizer que o direito se não respeitado voluntariamente, poderá sê-lo pela intervenção dos aparelhos policial e judiciário, o que não ocorre com a moral, que exige a observância espontânea, voluntária, de seus preceitos.

Para concluir a idéia, é nesse conturbado cenário que surge a importância maior dos princípios constitucionais e os morais, os quais devem servir justamente para dar o norte para onde o hermeneuta deva seguir nessa difícil atividade de adaptação do direito posto às novas situações jurídicas que vão surgindo num planeta globalizado completamente diferente de tudo que já existiu.

Por fim, o autor Assis (2000, p 76) traz uma importante frase acerca da moral, que vale a pena transcrever: “Descobri uma lei sublime, a lei da equivalência das janelas, e estabeleci que o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência”.

3.4 Liberdade de Consciência à Luz da Carta Republicana

No que respeita a liberdade de religião, que inclui a liberdade de crença e de culto, o primeiro aspecto a ser observado diz respeito ao posicionamento adotado pela Constituição em relação ao papel a ser desempenhado pelo Estado Brasileiro.

Neste sentido, seguindo a tradição dos textos anteriores, exceção feita a Constituição do Império de 1824, que adotava a religião Católica como oficial, a atual Carta optou por uma posição de neutralidade do Estado, configurando o que se denomina de Estado laico.

Pinho (2005, p 87) assim define a liberdade de consciência:

[...] A liberdade de consciência é de foro íntimo, interessado apenas ao indivíduo. Por sua própria natureza, é de caráter indispensável e absoluto e não está sujeita a qualquer forma de controle pelo Estado, abrangendo a liberdade de crença e a liberdade de consciência em sentido estrito. A liberdade de crença é a liberdade de pensamento de foro íntimo em questões de natureza religiosa [...].

A liberdade de consciência religiosa, após os anos de censura política e ideológica durante o regime militar instaurado em 1964 foi suprimida na sua essência pelo então regime. De forma justa e no intuito de se reparar tal dano, o constituinte de 1988, com a redemocratização do país, evidenciou sua preocupação em assegurar ampla liberdade dos templos de qualquer culto, o que fez em diversos dispositivos constitucionais.

De acordo com Bueno (2000, p 667) religião é o Conjunto de práticas e princípios que reagem as relações entre o homem e a divindade.

O texto constitucional assegura o livre exercício do culto religioso, enquanto não for contrário a ordem, tranquilidade e sossego público, bem como compatível com os bons costumes da sociedade contemporânea. Mas convém lembrar que o poder de fiscalização por parte da máquina Estatal, não é exercido de forma absoluta, nem tão pouco a contento, deixando a desejar, o que em tese reforça a idéia de abandono.

Veja o que aduz o texto constitucional:

Art. 5º. (...)

VIII – Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Essa conquista republicana da liberdade religiosa pode ser considerada como uma verdadeira consagração da maturidade de um povo. É ela verdadeiro desdobramento da liberdade de pensamento e manifestação.

Por vez, Moraes (2004, p 75) ensina que:

A abrangência do preceito constitucional é ampla, pois sendo a religião o complexo de princípios que dirigem os pensamentos, ações e adoração do homem para com Deus, acaba por compreender a crença, o dogma, a moral, a liturgia e o culto. O constrangimento a pessoa humana de forma a renunciar sua fé representa o desrespeito à diversidade democrática de idéias, filosofias e a própria diversidade espiritual.

Portanto, o desrespeito que algumas igrejas têm praticado em desfavor de seus fiéis caracteriza um verdadeiro abuso do pluralismo de idéias assegurado pela Carta Constituinte. Contudo, a manifestação do pensamento religioso é livre, não podendo haver censura prévia, pois o Estado democrático de direito defende tal manifestação, desde que não atente contra os direitos e garantias individuais.

Veja o que pensa o autor Moraes (2004, p 77) a respeito de algumas práticas instituídas por algumas igrejas:

[...] Dessa forma, a questão das pregações e curas religiosas deve ser analisada de modo que não obstaculize a liberdade religiosa garantida constitucionalmente, nem tão pouco acoberte práticas ilícitas..., a liberdade religiosa não atinge o grau absoluto, não sendo, pois, permitidos a qualquer religião ou culto atos atentatórios a lei, sob pena de responsabilização civil e criminal [...].

A consciência religiosa em si é absolutamente livre. Ninguém possui condições de controlá-lo, de conhecer o que, de certo ou errado, passa pela mente do ser humano. Está absolutamente fora do poder social. O pensamento religioso pertence ao próprio indivíduo, é uma questão de foro íntimo. A tutela constitucional surge no momento em que ele é exteriorizado com a sua manifestação. Se o pensamento em si é absolutamente livre, sua manifestação já não pode ser feita de forma descontrolada, pois o abuso desse direito é passível de punição.

A idéia acima revela-nos que as leis morais dizem sempre respeito às intenções e por isso podem sempre ser violadas mesmo em situações em que a ação seja conforme a lei, pois não há como exercer um controle externo da consciência ou das intenções. As leis morais levam os homens a julgarem suas ações somente no âmbito da intenção e não do efeito que

delas possa advir. Torna-se evidente que somente se pode julgar a conduta por meio de ações externas, ações estas que só podem tornar-se ilegítimas quando são contrárias à lei do Estado.

A Escritura Sagrada funciona como um guia e é nela que devemos buscar a inteligência da vida, o fenômeno da humanidade, pois sabemos que existem igrejas que realmente estão cumprindo com seu papel religioso, mas ao mesmo tempo vemos a existência de falsas religiões, que estão mascaradas como entidades do bem. No Evangelho de Mateus capítulo VII, v 15 no Novo Testamento faz menção a essa situação, vejamos o que está escrito na Bíblia: “Acautelai-vos, porém, dos falsos profetas, que vêm até vós vestidos como ovelhas, mas, interiormente, são lobos devoradores”.

Os valores morais, as crenças e as verdades de cada um devem ser relegados a um plano secreto, a consciência deve ser escamoteada, uma vez que no âmbito político e jurídico, isto é, no âmbito das ações externas, não são as verdades provenientes de crenças que fazem as leis, mas sim os homens no plano terrestre.

Todavia, cada fiel vive seu momento em função de estar projetado dentro de seu mundo interior ou imaginário e por isso o cenário do estado de natureza, no qual não há poder comum capaz de manter a todos em reverente temor, é composto de homens, cujo traço primordial consiste na pluralidade de consciências. Como se observa, somente as ações externas pertencem ao mundo jurídico e são passíveis de punição.

Na verdade a crença em milagres, na Escritura Sagrada ou nas leis morais da consciência podem ser verdade ou mentira, tratando-se de um problema de foro íntimo. Porém, se for de foro externo, a qual é exteriorizada ao público, nenhum de nós deve aceitar como juiz sua razão ou consciência privada, mas sim a razão pública, isto é a razão coletiva.

O homem jamais deve aceitar como juiz sua própria consciência privada ou aceitar sua razão particular como medida do bem e do mau no que respeita a suas ações externas, está submetendo a consciência privada à consciência pública, que é a vontade política do Estado vestida com força de lei. Em outras palavras, o conteúdo moral das decisões de cada homem que repercutem nas suas ações externas é transferido à vontade do aparelho governamental, traduzindo às leis que garantem liberdades negativas.

3.5 Separação do Estado e Igreja

Os objetivos do Estado democrático de direito estão tipificados na Carta Republicana de 1988, pois o legislador no artigo 3.º evidenciou os seus fundamentos, quais sejam:

- 1) construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- 2) garantir o desenvolvimento nacional;
- 3) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- 4) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Já os objetivos da igreja são a propagação da religiosidade; o culto à palavra conforme a Escritura Sagrada, levar a mensagem de salvação e equilíbrio para com DEUS. A fé é o combustível que move o ser humano na busca da harmonia, sendo a religião o canal que o fiel tem para dignificar sua alma, e o meio pela qual busca alcançar a paz de espírito.

Então faz necessário distinguir o poder estatal do poder espiritual, ora se vivemos no plano terrestre estamos sob as leis dos homens. Para o autor Hobbes (2003 p 84) a igreja deve estar separada do Estado nos seguintes termos:

Igreja está separada do Estado na medida em que não se constitui mais como poder visível, isto é, deste mundo. Não representa mais nenhuma ameaça aos interesses políticos do soberano deste mundo. A Igreja está separada do Estado em face do exercício de seu poder pertencer a mundo vindouro; enquanto o dia do juízo final não vem, deve-se dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Enquanto o que é de Deus não vem, isto é, o seu efetivo governo daí pois tudo a César; em outras palavras, entregue à autoridade terrestre o poder de regular a política bem como a religião.

Algumas religiões estão agindo quase que de forma semelhante à máquina estatal, o que se admite apenas para argumentar, usurpando da competência do Estado no que tange a arrecadação de tributos. Instalaram-se um verdadeiro aparelho arrecadador de impostos dentro de seus templos. Podemos até equiparar aos órgãos oficiais de arrecadação, a exemplo da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN.

Certas cobranças em espécie monetária, adotadas por algumas religiões com a finalidade de aumento do patrimônio e ainda erguer montanhas de dinheiro para saciar a fome e ganância dos seus dirigentes, pode até ser legal no aspecto jurídico, mas constitui uma violação moral a dignidade do povo. Grande parte das igrejas praticam o chamado terrorismo psicológico em face dos seus fiéis na busca de mais dinheiro, chegam ao ponto de usar o nome de DEUS para legitimar suas ações, assaltando o bolso dos seus seguidores.

Novamente o autor Hobbes (2003 p 84) traz uma conceituação importante sobre a separação da igreja do estado:

Na teoria da indivisibilidade relega a atuação da Igreja como Estado a um outro mundo. A Igreja com pretensões políticas é um Estado sem reino, sem tribunal, sem poder coercitivo, portanto tem de ser absorvida pela esfera temporal para evitar a desobediência dos súditos...Trata-se da sedução ou persuasão, arte mediante a qual a Igreja consegue obter o monopólio da crença de um povo e governar suas ações neste mundo por meio de promessas de salvação em um mundo vindouro.

Alguns seguimentos religiosos estão infiltrados nas decisões políticas da nação na qual o fazem por meio de seus representantes no parlamento, algumas igrejas costumam financiar candidaturas dos seus membros aos diversos cargos eletivos como forma de ter poder de barganha, contando com uma tropa de choque razoável de deputados federais e senadores no Congresso Nacional. Diante dos fatos narrados surge um questionamento, de onde vem os recursos para financiar a candidatura dos membros das igrejas que participam do sufrágio?

De outro modo, busca-se os ensinamentos Bíblicos do Novo Testamento na Escritura Sagrada quanto ao cumprimento da lei dos homens, onde JESUS disse:

[...] Não cuideis quem vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir...Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da lei, sem que tudo seja cumprido...Qualquer, pois, que violar um destes mandamentos, por menor que seja, e assim ensinar aos homens, será chamado o menor no reino dos céus; aquele, porém, que os cumprir e ensinar será chamado grande no reino dos céus. (São Mateus, cap.V, vv: 17 a 19, Novo Testamento) [...].

Na contra-mão dos ensinamentos Bíblicos e da legislação pátria, observa-se que diversos cultos religiosos possuem cultura manifestamente discriminatória, violando direitos e garantias individuais assegurados pela Constituição Federal. Com efeito, certas correntes religiosas condenam ostensivamente práticas sociais inseridas no âmbito das liberdades constitucionais, a expressão artística e até mesmo a diversidade de crenças, além de boicotarem programas oficiais de saúde pública, como o uso de preservativos e a doação de sangue, órgãos e tecidos. Ao instruírem seus fiéis para não se adequarem aos programas oficiais do governo, a igreja invade a competência privativa do Estado, e ao mesmo tempo comete um atentado à soberania da nação e ainda ao ensinamento Bíblico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato notório que discutir a perspectiva de alteração na atual situação gera resistências por parte dos grupos beneficiados, cujo discurso defende o interesse da atividade religiosa. A

rigidez institucional é assim cimentada por valores e ideologias legitimadoras que se traduzem tanto no aspecto liberal em favor da imunidade, como na sólida tradição de cunho religioso. Ocorre na prática a escassa regulamentação e fiscalização, o que somado, chega-se ao resultado quando não deficiente, de ausência total de controle externo exercido pelo aparelho burocrático. O que implica no deslocamento dos benefícios fiscais para setores religiosos distantes daqueles que teoricamente o texto constitucional tenciona atingir, e que sobretudo poderia resultar no desenvolvimento econômico da nação.

A igreja teve um papel decisivo no processo democrático, após o rompimento do regime militar 1984. A igreja contribuiu para a consolidação das liberdades constitucionais, e ajudou de forma significativa na manutenção do Estado democrático de direito, essa função deve ser levada em consideração na atual fase em que o Brasil passa.

Mas o que não pode se admitir em nosso país são as *pseudo-igrejas*, aquelas que são constituídas com fins diversos não desejados pelo Legislador Originário, enriquecendo meia dúzia de pessoas em prejuízo de milhares, quando não milhões, construindo patrimônio gigantesco em face da pobreza de seus membros, ficando a segundo plano o seu verdadeiro papel – a difusão da palavra divina. Os traços são cada vez mais evidenciados na mídia, alguns templos cada vez mais ricos, e seus fiéis cada dia mais desprovido de recursos financeiros, sem ainda serem alimentados do espírito santo.

Pondera-se como essencial para manutenção dos templos de qualquer culto ser necessário que haja doações dos seus fiéis para o custeio de energia, água, telefone e outros gastos necessários para sua manutenção. Mas a partir do momento em que as receitas se sobrepõem às despesas, e tal resultado não se reverte em benefício dos fiéis, tem-se assim uma situação atípica da atividade das entidades e fundações, se encaixando assim como empresas comerciais, que almejam como resultado o lucro.

Algumas denominações religiosas chegam a praticar certos atos tidos como imorais, em ação fulminante ao bolso dos fiéis, demonstrando que a finalidade daquele determinado templo é o lucro, jamais cultivar a JESUS. Um exemplo são as doações, onde os dirigentes chegam ao ponto de dizer que a fé esta pouca, em razão da quantidade de dinheiro que é ofertado à igreja, o que dá a entender que quanto maior o volume a título de doação, mais próximo da salvação estará o fiel, o que deixa claro que a salvação no Reino de DEUS está condicionada ao montante em doação. Isso reforça a idéia que o objetivo de algumas igrejas é o lucro, jamais a pregação da palavra divina.

Outra situação que merece atenção é quanto a contabilização do dinheiro ofertado pelos fiéis. Nem todas as igrejas fazem a contabilidade conforme o volume financeiro

arrecadado, não se sabe ao certo se declaram o quanto recebeu em doação, nem tão pouco se faz a transação via bancária, o que impossibilita muitas das vezes o fisco Estatal ter acesso aos números exatos do dinheiro em circulação nos templos.

Outro ponto que deve ser evidenciado, e que povoa a mente humana deixando muitas dúvidas no ar é a questão da lavagem de dinheiro, pois se doador não precisar dizer a origem do recurso, nem tão pouco identificar-se, as igrejas na sua minoria não questionam a proveniência do dinheiro, o que da margem a dúvida com relação à sua lavagem, uma vez que é de conhecimento público da população que políticos e empresários estão infiltrados nos diversos segmentos religiosos.

Mais a mais, alguns seguimentos religiosos tem a sede originária no exterior, portanto os templos que estão subordinados ao comando diretivo das igrejas fora do país, devem repassar um certo percentual estipulado, o que significa dizer que existe a evasão de divisas, a remessa desse percentual muita das vezes pode ser feita de forma clandestina, sem ao menos recolher um centavo para os cofres públicos.

Então, conclui-se que se tais atos continuarem a serem praticados em nosso país é dizer que as nossas leis servirão apenas de meros enfeites em forma de livros, ocupando espaço, sendo inutilizáveis, tornando-se apenas alimento de ratos e cupins. É também afirmar que os direitos constitucionais são estes livros jogados aos ratos e cupins que os consomem como se alimentos o fossem.

Nessa linha, o papel de algumas Igrejas em propagar a religiosidade no Brasil foi desvirtuada em razão de que o objetivo fim é pregar a palavra e cultuar a JESUS, jamais ser gerida como se fosse uma empresa privada que visa o lucro. Além do que as igrejas gozam de imunidade, e concorrer com uma empresa privada que recolhe ao fisco uma carga tributária elevada, seria tido como uma concorrência desleal, os objetivos são diferenciados, mas na pratica o que acontece é o contrário, algumas religiões estão em busca do lucro.

Nesse contexto, não é a intenção que valida um ato, mas o seu resultado, o que se mostra nos noticiários da mídia nacional são indícios fortes de que algumas igrejas fere aos princípios morais e éticos da nação. A moral deve sempre estar agasalhando as ações dos dirigentes dessas instituições, pois o que se denota das matérias vinculadas na imprensa são fatos que comprovam o envolvimento da alta cúpula em escândalos financeiros, fruto da arrecadação de seus fiéis.

A forma revela que não há dúvidas que a ação do Legislador Republicano de 1988 foi louvável naquele momento, mas excedeu ao conceder aos templos de qualquer culto a imunidade tributária, pois em razão do tempo a imunidade se tornou sinônimo de impunidade

fiscal. A lei deve ser interpretada no momento de sua aplicação, a imunidade foi importante instrumento de pluralidade de religiões em 1988, mas quando trazemos para a realidade presente, vemos que não mais se encaixa ao contexto atual, posto que o preceito constitucional está arcaico à sociedade contemporânea.

O direito não pode ser um objeto estático, ele tem que ser dinâmico e caminhar em conjunto com a sociedade, haja vista que o povo evolui, o pensamento muda com determinado lapso de tempo, em suma a evolução da sociedade deve estar em sintonia com a lei ou vice-versa.

Nessa trilha é necessário que a nação saia do estágio de anestesia geral no qual esta acometida e busque uma solução eficaz para a concessão do benefício fiscal aos templos de qualquer culto, para tanto deva ser regulamentado a sua concessão por meio de regras, ou seja, normas capazes de disciplinar as formas de adquirir o referido benefício fiscal, ademais pra tudo se tem lei no Brasil, com exceção das igrejas.

Para concluir surge a necessidade urgente de reforma fiscal, o povo não pode arcar com essa prática tenebrosa da imunidade. A solução para sepultar tais atos é a substituição do termo imunidade para isenção, de forma que o Legislador possa estabelecer os critérios para benesse fiscal, haja vista que a imunidade não é passível de regulamentação, pois é cláusula pétrea, ou seja, imutável.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **História Sem Data**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2000.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 1991.

BÍBLIA SAGRADA. **Novo Testamento**. Traduzida por ALMEIDA, João Ferreira. 1º ed. São Paulo: Geográfica, 1999.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD S.A, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2006.

GUSMÃO, Paulo Dourado de: **"Introdução ao Estudo do Direito"** 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. **Introdução ao Estudo do Direito**. 27 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário: Atualização de Acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 4 ed. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 8 ed. São Paulo: Método, 2005.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MOTA, Leda Pereira. **Curso de Direito Constitucional**. 4 ed. São Paulo: J. de Oliveira, 1999.
- PINHO, Rodrigo César Rabello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**, 5 ed. Vol. 17. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SABBAG, Eduardo de Moraes, **Direito Tributário: Elementos do Direito**. 6 ed. São Paulo: Premier, 2005.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- CASSONE, Vitório. **Direito Tributário**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- CARNIETTO, Alexsandro; SOUZA, André Luiz de et al. **Igreja - sociedade política: a importância, o poder e a manifestação do aspecto político e jurídico**. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n 42, jun. 2000. disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=66>>. Acesso em: 10 ago. 2007.
- CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Tributário**, 7 ed. Vol. 16. São Paulo: Saraiva, 2004.
- COÊLHO, Sancha Calmon Navarro. **Comentários à Constituição de 1988 – Sistema Tributário**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- CONTI, José Maurício. **Sistema Constitucional Tributário**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.
- ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito Tributário**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LEMOES, Pedro. **A supressão da imunidade tributária concedida aos cultos religiosos**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 66, jun. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4179>>. Acesso em: 17 jul. 2007.
- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**, 25 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- MARANHÃO, André Luiz. **Imunidades tributárias**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 652, 21 abr. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6610>>. Acesso em: 03 set. 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Curso de Direito Tributário**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Atlas, 2002.

MONTESQUIEU, Charles. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 2001.

NOGUEIRA, Roberto Wagner Lima. **Notas a propósito das imunidades tributárias** Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 500, 19 nov. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5955>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de Direito Tributário**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

PERES, João Bosco. Competência tributária negativa. **As imunidades tributárias**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 127, 10 nov. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4478>>. Acesso em: 30. agos. 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional**. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SOARES, Carlos Dalmiro da Silva. **Evolução histórica da remissão, anistia e isenção em matéria tributária**. Jus Navigandi, Teresina, ano 3, n. 27, dez. 1998. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1301>>. Acesso em: 08 agos. 2007.

IHERING, Rudolf Von, **A luta pelo direito**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

TORRES, Ricardo Lobo. **A idéia de Liberdade no Estado Patrimonial e no Estado Fiscal**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.